

OS LIVROS DE LINHAGENS NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA – UM GÊNERO HÍBRIDO, SUSPENSO ENTRE A GENEALOGIA E A NARRATIVA

José D'Assunção BARROS¹

■ **RESUMO:** Este artigo objetiva discutir um gênero literário específico cuja maior singularidade é apresentar-se como uma forma literária híbrida – os chamados “livros de linhagens”, fontes genealógicas e narrativas da Idade Média portuguesa (séculos XIII-XIV). A ênfase da análise dirige-se ao “Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro”, compilado durante o reinado de Dom Afonso IV (Ω1325-1357)². O texto linhagístico é examinado como um espaço de poder, dentro do qual os grupos da nobreza são colocados diante de situações de inclusão e exclusão social, e o hibridismo textual – alternando a descrição genealógica com narrativas de diversos tipos – é visto como um recurso eficaz para o exercício destes poderes e micropoderes.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Narrativa medieval. Texto genealógico. Forma híbrida.

Os “livros de linhagens” como gênero e forma literária híbrida

A História Cultural e Literária da Idade Média conheceu, no decurso de seu desenvolvimento, alguns gêneros híbridos – aqui entendidos como aqueles gêneros literários que intermesclam ou entremeiam distintos padrões formais, dois ou mais modos de apresentação do texto, materiais e conteúdos francamente diversos ou estilos textuais bem diferenciados. Talvez o mais relevante exemplo de gênero e forma híbrida da literatura medieval ibérica esteja exemplificado com os chamados “livros de linhagens”, gênero textual que de saída alterna a forma genealógica e a forma narrativa, e que além disto encaminha através da sua parte narrativa conteúdos tão diversos como os relatos míticos, os registros com pretensão histórica, as anedotas, os episódios de memória familiar, os exempla e os textos de cunho moral. É este hibridismo textual, que se fez tão típico dos ‘livros de linhagens’, que

¹ USS – Universidade Severino Sombra. Departamento de História. Vassouras – RJ – Brasil. 27700000 – jose.assun@globocom

² O sinal Ω, quando utilizado a frente de duas datas e após o nome de um rei, estará sendo utilizado especificamente para simbolizar o período de um reinado. Desta maneira, sempre as duas datas colocadas após este sinal estarão se referindo não a períodos de nascimento e morte, mas sim aos limites de um governo monárquico.

abordaremos neste artigo, tomando por foco de análise os três livros de linhagens mais conhecidos da Idade Média portuguesa.

Para entender o primeiro traço de hibridismo presente nos livros de linhagem – a alternância entre a ‘forma genealógica’ propriamente dita e a ‘narrativa’ – será preciso esclarecer o que estaremos respectivamente entendendo como ‘forma genealógica’ e como ‘forma narrativa’. A narrativa deverá aqui ser considerada como uma organização de materiais em uma dada ordem de seqüência cronológica que, pelo menos para este período e para este contexto de recursos e procedimentos literários, dá-se essencialmente de modo a concentrar o conteúdo em uma estória principal e coerente, mesmo que admitindo eventualmente sub-enredos. A narrativa, nesta acepção mais simples, será correspondente a este “contar uma estória”, não importa ainda qual seja o teor desta estória – se histórico, mítico, anedótico, exemplar, ou de fundo moralístico.

Por outro lado, no interesse de delimitar os fundamentos da forma genealógica propriamente dita – esta seqüência de nomes e relações entre os nomes que constituem uma rede familiar ou linhagística – definiremos a “genealogia” como um gênero textual cujo objetivo mais visível é o de perpetuar a memória e a história de uma sucessão familiar, de uma linhagem, ou mesmo de uma rede de histórias familiares que se entrecruzam. Quando a genealogia refere-se a famílias que são propostas como aristocráticas, ou que a si mesmas atribuem um *status* de nobreza, encontramos com frequência a denominação “nobiliários”. Na Idade Média portuguesa, entre os séculos XIII e XIV, os nobiliários eram conhecidos mais habitualmente como “livros de linhagens”, e assumiram feições muito específicas, sendo a esta singular modalidade literária que estaremos dedicando as análises e considerações que se seguem.

Como veremos oportunamente, os livros de linhagens adquirem seus sentidos precisamente a partir desta peculiar alternância entre listagem genealógica e narrativa. Mas, antes de mais nada, será oportuno refletir sobre a finalidade que cumpre no seu contexto sócio-cultural de produção e difusão este tipo complexo de texto que se tornou tão típico da literatura nobiliárquica da Idade Média ibérica.

As genealogias familiares – tão comuns nos diversos países europeus do ocidente medieval – costumavam na verdade desempenhar um papel de primeira ordem para a reconstrução social da memória familiar, notadamente no seio da nobreza feudal. Reconstruir uma lista de antepassados, de parentes e contraparentes, de relações entre um homem e os heróis ou traidores familiares que o precederam, era inserir este homem em um vasto sistema de valores e contravalores. Através da linhagem que se tornava visível a todos através dos nobiliários, os diversos indivíduos pertencentes à nobreza viam-se oportunamente inseridos em uma rede de alianças e solidariedades, e ao mesmo tempo em um sistema de rivalidades que contrapunha os indivíduos através de ódios e antipatias ancestrais que eram herdadas

tão concretamente como as propriedades fundiárias ou os brasões de família. As linhagens, e através delas os nobiliários que as registravam, conferiam ao indivíduo pertencente à nobreza um traço fundamental de sua ‘identidade’, explicitando-lhe seus espaços de inclusão e de exclusão social, as suas conexões com o mundo social e histórico, e sobretudo sua inserção e tipo de inserção em uma complexa rede de entrecruzamentos familiares a linhagísticos.

Em outros contextos culturais exteriores às sociedades ibéricas, muitas vezes as genealogias não passavam de longas listagens familiares, com um mínimo de material narrativo apresentando uma ou outra explicação que se fazia necessária para o acompanhamento de uma determinada história familiar através de uma dada sucessão de casamentos e filiações. Contudo, foi precisamente nos reinos ibéricos dos séculos XI ao XIV que as genealogias assumiram esta característica própria: tenderam a deixar de ser meras listas de casamentos e filiações para constituírem um gênero híbrido que misturava a *crônica* à *genealogia* propriamente dita³. Assim, nesta espécie de texto, um tipo de ‘discurso genealógico’ em forma de lista familiar – que vai descrevendo passo a passo uma cadeia linhagística através dos seus sucessivos desdobramentos – vê-se, de momentos em momentos, entrecortado por um ‘discurso narrativo’ que é interpolado à lista genealógica para pretensamente caracterizar o indivíduo ou a família descrita.

As nossas fontes principais para a compreensão deste modelo genealógico-narrativo que se tornou tão característico da Idade Média Ibérica – e que no Portugal dos séculos XIII e XIV adquiriu expressão através dos chamados “livros de linhagens” – serão os três livros de linhagens que foram preservados em arquivos – o *Livro Velho*, o *Livro do Deão*, e o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*.⁴

Antes de prosseguirmos, exemplificaremos rapidamente o estilo híbrido comum aos ‘livros de linhagens’ portugueses da Idade Média, caracterizado essencialmente pela já mencionada alternância da ‘listagem genealógica’ com o ‘texto narrativo’ que relata casos ou eventos relacionados aos personagens mencionados na descrição genealógica propriamente dita. Esta alternância entre descrição genealógica e narrativa ocorre habitualmente, diga-se de passagem, em cada um dos três ‘nobiliários’ ou *livros de linhagens* portugueses que chegaram aos nossos dias, todos eles entremeando nas partes genealógicas trechos narrativos de diversos teores. Trata-se portanto uma característica bastante singular das

³ Esta forma genealógica, distinta de suas congêneres na Europa extra-penínsular, já aparece na península Ibérica desde as genealogias de Navarra (*Genealogia de Roda*, do século X; *Liber Regnum*, do século XII e *Libro de las Generaciones*, de 1260) até chegar aos *livros de linhagens* portugueses.

⁴ Os livros de linhagens foram compilados entre o século XIII e XIV. São conhecidos três: o *Livro Velho* (LV), o *Livro do Deão* (LD), e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que aqui chamaremos de *Livro de Linhagens* (LL). Os períodos presumíveis para suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL. Na lista de referência consulte: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. (Mattoso, 1980) e *Livros Velhos de Linhagens* (Mattoso, 1980).

genealogias portuguesas deste período. Para facilitar a compreensão deste caráter híbrido do texto linhagístico, consideraremos em seguida um segmento extraído do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*:

Este dom Rodrigo Gonçalvez era de vinte annos, e com seu poder foi em muitas fazendas, e diziam por el as gentes que nunca virom taes vinte annos.

[... Prossegue pelos descendentes de Dom Rodrigo Froiaz e de Dom Rodrigo Gonçalvez de Pereira, seu neto, donde descendem os 'Pereiras', chegando por fim a dom Rodrigo Gonçalves ...]

Este dom Rodrigo Gonçalvez foi casado com dona Enês Sanches. *Ela estando no castelo de Lanhoso, fez maldade com uu frade de Boiro, e dom Rodrigo Gonçalvez foi desto certo. E chegou e cerrou as portas do castelo, e queimou ela e o frade e homees e molheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas as cousas vivas, e queimou a camara e panos de vistir e camas, e non leixou cousa movil. E alguus lhe preguntarom porque queimara os homees e molheres, e el respondeo que aquela maldade havia XVII dias que se fazia e que nom podia seer que tanto durasse, que eles nom entendessem alguma cousa em que posessem sospeita, a qual sospeita eles deverom descubrir.*

Depois, foi este dom Rodrigo Gonçalvez casado com dona Sancha Anriquez de Porto Carreiro, filha de dom Anrique Fernandez, o Magro, como se mostra no titulo XLIII, dos de Porto Carreiro, parrafo 3º, e fez em ela dom Pero Rodriguez de Pereira e dona Froilhi Rodriguez. Este dom Pero Rodriguez de Pereira lidou com dom Pero Poiares, seu primo, ... [e assim por diante ...]. (LL 21G11).

O trecho em itálico corresponde a um segmento narrativo que interrompe o discurso genealógico simples – mera descrição de nomes, casamentos e descendências. Aqui, o genealogista deixa de descrever exclusivamente as relações de parentesco para passar a narrar um pequeno caso que envolve o último indivíduo mencionado na lista genealógica. Pela narrativa, sabemos que o nobre em questão fora traído pela esposa adúltera, mas que também se vingou exemplarmente – não apenas dos amantes adúlteros, como também de uma pequena população conivente com a transgressão. A narrativa funciona então em múltiplas direções. Antes de mais nada confirma a honra do nobre vingador, ajudando a delinear a sua personalidade e reafirmando seu valor no universo simbólico linhagístico – isto ao mesmo tempo em que deprecia a honra da esposa adúltera, e talvez de seus eventuais filhos e netos (que aliás não são mencionados na seqüência genealógica). Como o nobre em questão foi casado uma segunda vez, segundo a descrição genealógica que se segue, vê-se algo valorizado este novo ramo linhagístico por contraste com o primeiro ramo, manchado pela antepassada adúltera.

Ora, o ramo que parte do segundo casamento é precisamente aquele que vai desembocar na família dos 'Pereiras', patrocinadora de um refundidor do *Livro de Linhagens* que em 1382 introduz no texto a narrativa interpolada. Por aí é possível vislumbrar algo das motivações enaltecedoras e depreciativas de que pode vir carregado um relato como o que acabamos de examinar, mormente quando inserido em uma seqüência genealógica específica. Por outro lado, a narrativa justifica, talvez, uma violência praticada por um nobre contra toda uma aldeia (uma violência que terá efetivamente ocorrido ou uma violência que se coloca como passível de ocorrer no mundo imaginário). Mas, sobretudo, a narrativa transmite aos seus leitores-ouvintes um *exemplum* – oferecendo um padrão de moralidade que fixa parâmetros cavaleirescos e que estabelece interditos de várias espécies.

As interferências narrativas podiam se apresentar de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre, até trechos mais longos como o que acabamos de ler, chegando mesmo a narrativas de extensões consideráveis. Narrativas diversas costumam aparecer em cada um dos três livros de linhagens portugueses, configurando portanto uma prática corrente de alternar o 'registro familiar restrito' com relatos de menor ou maior dimensão e de naturezas diversas. Há ainda os casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Desta forma, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e para tensões implícitas, mormente nos casos em que o refundidor propõe-se a corrigir uma injustiça cometida por um relato anterior contra este ou aquele nobre.

É com esta intenção, por exemplo, que o refundidor de 1383 introduz, em seguida a uma das narrativas do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*, uma nova versão do mesmo caso, cuidando de precedê-la pelo seguinte comentário:

E nós fesemos muito, em nosso tempo, pera saber a verdade deste feito, si passara assi como aqui é escrito. E achamos [...] que esto fora apostila de mal dizer, porque eles ouviram dizer a seus padres e a muitos que forom daquel tempo, que a esto forom presentes, como adeante diz, que o feito passara assi [...] (LL 35A1).

À parte estas situações mais peculiares, raramente um refundidor tardio do nobiliário explicita a sua intervenção diretamente no texto, o que acaba por desfavorecer a percepção da prática interpolativa pelo leitor desavisado. O texto acima destacado é mesmo um dos raros momentos em que se torna explícito o diálogo intratextual entre o refundidor posterior e o cronista original – daí o seu valor excepcional. Em todo caso, explícitas ou implícitas, pequenas correções posteriores em narrativas da versão original do nobiliário não são incomuns, embora sejam mais encontradas as interpolações de trechos ou narrativas inteiras, como aquelas

encontradas no título XXI do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e que são hoje atribuídas ao refundidor de 1383.

Compreendidos estes primeiros traços de hibridismo textual que se expressam através da alternância do padrão genealógico com o padrão narrativo, consideraremos o principal livro de linhagens português – o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* – dentro do seu contexto histórico, social, político e cultural.

Contexto histórico do Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro

O *Livro do Deão* e o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* – dois nobiliários portugueses do século XIV – foram compilados durante o reinado português de D. Afonso IV (Ω 1325-1357), possivelmente no período imediatamente anterior à Batalha do Salado (1340)⁵. Ao mesmo tempo em que se vivia no reino de Portugal um período de enfrentamento mais agressivo em relação ao inimigo mouro, os conflitos sociais internos também marcavam a tônica do período. Assim, a guerra civil de 1319-1324 havia dado expressão, algumas décadas antes, a um conflito latente entre o projeto centralizador do rei D. Dinis (Ω 1279-1325) e um setor da nobreza interessado em conservar alguma autonomia senhorial. O pretexto, e ao mesmo tempo uma das razões do conflito, fora a ameaça de uma futura crise sucessória diante da qual D. Dinis parecia inclinado a propor para seu sucessor, em detrimento do infante Afonso, o filho bastardo Afonso Sanches. Parte da nobreza senhorial, colocando-se ao lado do futuro rei Afonso IV, encontrara uma oportunidade exemplar para afrontar o governante centralizador e lutar pelos seus próprios interesses.

Com a vitória do infante Afonso, esta nobreza saíra moralmente fortalecida. Isso não significa que, após a morte de D. Dinis e alguns anos passados do entronamento de D. Afonso IV, não emergissem mais uma vez os conflitos entre o poder régio centralizador e os interesses de autonomia senhorial de parte da nobreza. De 1325 a 1343 o embate centralizador volta a estar na ordem do dia, em período mais ou menos coincidente com o da recolha de materiais, da compilação e da publicação tanto do *Livro do Deão* como do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Neste período, diversos marcos assinalam a retomada do projeto centralizador sob o reinado de D. Afonso IV: 1325 – leitura e confirmação de privilégios; 1331 – reiteração da lei de 1317 suprimindo as ‘apelações ao senhor’; 1324, 1325, 1341, 1343 – textos legislativos anti-senhoriais (BARROS, 1945).

Apesar disto, com as não muito distantes vitórias na Guerra Civil de 1319, a alta nobreza estava mais fortalecida do que nos reinados anteriores de D. Afonso III

⁵ A *Batalha do Salado*, ocorrida em 30 de outubro de 1340, foi travada entre cristãos ibéricos e mouros da Andaluzia junto à ribeira do Salado, na província de Cádiz. Logo assumiu uma posição simbólica extremamente significativa no âmbito da Reconquista Ibérica, e também da História de Portugal.

(Ω 1248-1279) e D. Dinis (Ω 1279-1325), pelo menos no que se refere ao aspecto da afirmação da ‘identidade nobiliárquica’. Por outro lado, pode-se dizer que economicamente a nobreza encontrava-se mais ameaçada. Enfrentava a ascensão de outros grupos sociais, inclusive mercadores que lhes emprestavam dinheiro e por isso podiam dominá-los economicamente; fora as repercussões do incremento de uma economia de produção que deixava em condições de inferioridade as senhorias (MATTOSO, 1987). É este o contexto tanto do *Livro do Deão* como do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, embora inserido neste contexto sócio-cultural bastante próximo ao *Livro do Deão*, e já afastado de algumas décadas do *Livro Velho*, apresenta algumas singularidades notáveis que reforçam seus pontos de ambigüidade e se ajustam perfeitamente ao hibridismo textual que atravessa estes livros de linhagens. Algumas destas singularidades podem ser em parte associadas às próprias ambigüidades inerentes ao seu organizador, o conde Pedro Afonso de Barcelos, filho bastardo de D. Dinis, que é também presumido como o autor da posterior *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Pode-se hoje rastrear as etapas da produção do *Livro de Linhagens*: entre 1325 e 1340 para a recolha de materiais e primeira redação; e entre 1340 e 1344 para uma segunda redação (aquela que originou a versão de que hoje dispomos). A menção da Batalha do Salado (1340) e uma óbvia anterioridade em relação à CGE de 1344 estabelecem com precisão estes últimos limites. O texto que nos chegou foi contudo ampliado por uma refundição entre 1360 e 1365 e por uma outra entre 1380 e 1383.

Discutiremos inicialmente a redação original do livro. Por um lado, o *Livro de Linhagens* associa-se a uma motivação pessoal mediante à qual o Conde de Barcelos procurava projetar-se como nobre culto, francamente inspirado pelo modelo máximo de sabedoria de seu bisavô, o rei Afonso X de Castela (1221-1284), e de seu próprio pai, o rei D. Dinis de Portugal. Por outro lado, seu livro pretende ser um verdadeiro registro de identidade da classe nobiliárquica, tal como se coloca no próprio “Prólogo” escrito pelo Conde. Visa também abordar o problema das tensões que se verificavam no seio da nobreza, diante das quais o Conde assume uma posição declaradamente conciliatória.

As tensões inter-nobiliárquicas expressas no *Livro de Linhagens* decorreriam de uma hierarquização cada vez mais complexa e do próprio jogo de alianças e de oposições que se estabelecia em torno do poder régio. Atravessa o *Livro de Linhagens* uma espécie de teoria da ‘solidariedade de classe’, construída em torno da noção de parentesco. O livro também procura consolidar uma hierarquização estabelecida, justificando-a ideologicamente, pelo que se coloca como um manifesto da nobreza em oposição a outros grupos sociais.

À parte estes traços centrais que orientam a sua organização e a feitura do seu “prólogo”, o *Livro de Linhagens* também apresenta algumas novidades de conteúdo

em relação aos nobiliários anteriores. Amplia a sucessão das casas reais que vinham sendo descritas no *Livro Velho* e no *Livro do Deão*, e passa a descrever as casas reais bíblicas, as da Babilônia, da Pérsia, de Roma, dos reis arturianos, de Castela, de Navarra, da França, e por fim de Portugal. Em seguida, ocupa-se das famílias nobres da Espanha – galegas, castelhanas e biscainhas, e não só das portuguesas que foram objeto central dos dois livros de linhagens anteriores (LV e LD). Desta forma, a nobreza é colocada como uma ‘nobreza da Espanha’, incorporando um caráter transnacional que reforça a sua autonomia em relação ao poder régio. Com estas inovações, o Conde insere a genealogia portuguesa em um quadro universal e peninsular.

No que se refere à nobreza portuguesa, eleva-se para 776 o número de famílias fidalgas, o que implica em uma ampliação dos critérios de inclusão nobiliárquica. Ao mesmo tempo, as linhagens hispânicas (castelhana, leonesa, galega, portuguesa) são apresentadas como provenientes de um tronco familiar comum às dinastias régias peninsulares, o que termina por remeter toda a nobreza hispânica a um passado visigodo. É precisamente em associação a um projeto de representação da nobreza, diante dos vários problemas sociais e políticos que a afetavam naquele momento, que surge o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*. No prólogo deste, como veremos a seguir, fica bem claro o seu papel como instrumento de formação e difusão de uma identidade de grupo perante outros grupos sociais, o que inclui uma prédica a que todos os nobres da Espanha reforcem entre si laços de solidariedade.

O livro de linhagens, apresentado pelo seu principal organizador

No trecho introdutório do seu *Livro de Linhagens*, o Conde D. Pedro pretende relacionar de maneira explícita as razões que o levaram a escrever um nobiliário. Em certo sentido, ele acaba por construir aqui a sua própria ‘visão de conjunto’ acerca da produção linhagística, ao mesmo tempo em que insinua os critérios a partir dos quais selecionou as narrativas que foram incluídas no livro. Um exame deste “Prólogo” será mais do que oportuno neste momento em que buscamos definir com maior propriedade o ‘lugar de produção’ dos nobiliários portugueses.

Depois de dois parágrafos iniciais onde o Conde ajusta o seu empreendimento aos preceitos cristãos e dá a perceber que “houve de catar por gram trabalho, por muitas terras, escripturas que falavam dos linhagees”, inicia-se a enumeração sumária dos objetivos do livro. Começaremos por aqui:

[...] compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha.

E como quer que antre eles deve haver amizade segundo seu ordinamento antigo em dando-se fe pera nom se fazerem mal uus aos outros, a meos de tor(v) arema este amor e amizade per desfiarem-se.

Esto diz Aristotiles: que se homes houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus. E a todolos homees ricos e pobres compre amizade [...]. (LL, Prólogo).

Até este ponto, o Conde enuncia um objetivo mais amplo de seu nobiliário: pretende “meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha”. Anuncia, portanto, o intento de assegurar a solidariedade entre os nobres ibéricos. Por outro lado, o organizador do nobiliário remete a um pretense dito de Aristóteles, segundo o qual “se homees houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus”.

Disfarçado em preceito cristão que se vincula ao mandamento de “amar ao próximo como a si mesmo” (ao qual o Conde refere-se explicitamente nas linhas iniciais do seu Prólogo), este trecho prescreve por um lado a necessidade de coesão nobiliárquica, reenviando a mecanismos produtores daquilo que, com alguma licença, poderíamos chamar de uma ‘identidade de classe’; por outro lado, toca-se diretamente no problema das relações ambivalentes entre nobreza e realeza. O ‘rei’ é na prática aceito como um mediador inevitável; mas deixa-se entrever o desejo utópico de que ele não seja um dia mais necessário. Portanto o nobiliário começa aqui a demarcar a posição de uma pretensa totalidade da nobreza (mas na verdade de uma fração da nobreza) perante a ‘realeza’. A estas tensões presentes nos meios nobiliárquicos com relação ao controle régio do espaço social, o “Prólogo” do *Livro de Linhagens* ainda voltará uma vez. Por ora, deixa-se perceber aqui porque a construção permanente de um imaginário régio é matéria obrigatória dos nobiliários.

Ainda com relação ao trecho em referência, salta à vista a pequena menção a Aristóteles. Fora a própria Bíblia, esta menção é um dos poucos acessos que temos às leituras externas do Conde Dom Pedro (vale dizer, à sua intertextualidade), excetuando-se naturalmente o próprio material cronístico e genealógico que lhe serviu de *corpus* documental. Mencionar Aristóteles – e com alguma probabilidade um trecho da *Ética a Nicômaco* (ARISTÓTELES, 1973) – é já incorporar algumas dimensões teóricas e éticas à produção do *Livro de Linhagens*. O Livro revela com este pequeno índice intertextual mais um de seus objetivos: o de fornecer ao leitor-nobre ensinamentos para o convívio humano e, sobretudo, para o desenvolvimento de uma “sabedoria prática” (expressão utilizada pelo próprio Aristóteles na *Ética a Nicômaco*).

A entender por aí, o nobiliário sintoniza com a pretensão aristotélica de ensinar e difundir uma ética, ao mesmo tempo em que pretende habilitar o leitor-nobre a desenvolver uma “capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem” (ARISTÓTELES, 1973, p.344). Pretende-se ensinar um modo de vida, um padrão de relacionamentos a nortear as

relações internobiliárquicas, uma habilidade de aplicar o código cavaleiresco às várias situações que aparecem no decorrer da vida diária. A “sabedoria prática” visada pelos autores do nobiliário, contudo, abre-se com a sua própria inscrição no vivido para uma série de negociações, de apropriações e de manipulações encaminhadas pelos indivíduos.

Esta ética oculta no *Livro de Linhagens* – ela mesma uma mescla de matizes aristotélicos e valores cristãos – transita sobretudo no próprio conteúdo daquelas narrativas do nobiliário que desempenham um papel de *exemplum*. Retornemos, por ora, ao texto introdutório escrito pelo Conde D. Pedro. Em seguida ao trecho até aqui examinado, o Conde encaminha, ainda no “Prólogo”, uma enumeração mais explícita dos objetivos de superfície do seu nobiliário:

E por nem ua amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de uu sangue, porque estes movem-se mais de ligeiro as cousas per que a amizade se mantem, houve de declarar este livro per titolos e per alegações que cada uu fidalgo de ligeiro esto podesse saber, e esta amizade fosse descuberta e nom se perdesse antre aqueles que a deviam haver. E o que me a esto moveo foram sete cousas.

A primeira pera se comprir e guardar este precepto de que primeiro falamos. A segunda é por saberem estes fidalgos de quaes descenderom de padre a filho e das linhas travessas.

A terceira, por seerem de uu coração, [segue-se um trecho mais ou menos longo enaltecendo a necessidade de uma solidariedade de parentesco] [...] se é de gram poder deve-o servir porque vem de seu sangue. E se é seu igual, deve-o ajudar. E se é mais pequeno que si deve de lhe fazer bem, e todos devem seer de uu coração.

A Quarta, por saberem os nomes daqueles donde veem e alguas bondades em que eles houve.

A Quinta, por os reis haverem de conhecer aos vivos com mercees por os merecimentos e trabalhos e grandes lazeiras que receberam os seus avoos em se ganhar esta terra da Espanha per eles.

A Sexta, pera saberem como podem casar sem pecado segundo os sacra // mentos da Santa Igreja.

A Septima, pera saberem de quaes moesteiros som naturaes e bem-feitores.

A ‘consciência da linhagem’ abre, portanto, o circuito de objetivos enumerados – mas um dos fatores que esta consciência linhagística traz consigo é um tipo de solidariedade parental dela decorrente. Como se pode ver, a solidariedade nobiliárquica desenha-se nesta fonte por círculos concêntricos: do círculo mais externo que é o próprio universo da nobreza como grupo coeso e criador de identidade, até os círculos parentais que se tecem por sucessivos graus em torno do indivíduo. Uma diagonal diacrônica que remete aos ascendentes (“de padre a filho e das linhas travessas”) convoca para o quadro desta solidariedade os antepassados

e os descendentes que ainda virão, e um plano sincrônico atrela o indivíduo nobre a obrigações de parentesco e amizade para com os seus contemporâneos (razões 2 e 3).

Pode-se perceber, assim, que um dos objetivos da literatura linhagística é proporcionar uma “auto-representação” a cada indivíduo pertencente à nobreza. Mergulhados em uma nobreza ou fração de nobreza que constrói a sua identidade social opondo-a a um grande conjunto de pessoas estranhas ao grupo (a sociedade não-aristocrática, mas também uma parcela da nobreza que os autores dos livros de linhagens pretendem excluir), os nobres que encontram referências familiares nos livros de linhagens constroem uma primeira dimensão de sua auto-representação: o pertencimento ou a aceitação dentro do grupo nobiliárquico-linhagístico. Os nobres que se acham excluídos, por outro lado, talvez rejeitem os critérios de inclusão propostos pelo Livro, ou talvez passem a lutar por uma inclusão posterior (já que um livro de linhagens é uma obra em aberto)⁶.

Desta forma, os livros de linhagens revelam uma tensão entre a dimensão da ‘identidade social nobiliárquica’ e a da ‘hierarquização interna ao grupo’. A auto-representação do indivíduo nobre oscila, por assim dizer, da consciência de pertença ao grupo até a consciência de sua singularidade familiar (e de suas implicações hierárquicas). Forçar a leitura da pertença de determinado indivíduo a uma família conceituada como a dos Maias, buscar em um dos seus caminhos familiares um herói ou um rei, encontrar o Cid entre seus antepassados após empreender intrincadas operações de leitura genealógica, esquecer o traidor que insiste em se colar ao seu ramo genealógico – estas pequenas operações acham-se incluídas na utensilhagem genealógica de que dispõe o indivíduo na sua ‘luta pela auto-representação’. Porque, se os autores dos nobiliários procuram impor uma hierarquia interna, os leitores-ouvintes são livres para deformar esta hierarquia imposta, para dobrá-la aos seus interesses, para negociar novas possibilidades de inclusão e classificação dentro do grupo.

A modalidade de “auto-representação” proporcionada pelos nobiliários aos seus incluídos pode ser assim resumida: cada indivíduo nobre distingue-se do outro (pela sua inserção genealógica, pelas ações suas e de seus antepassados); e distinguem-se todos em conjunto das pessoas estranhas à nobreza linhagística. Em círculos concêntricos que poderiam ser lidos a partir de si, o indivíduo distingue-se do outro indivíduo nobre, o ramo linhagístico distingue-se do outro ramo, a nobreza do livro distingue-se da nobreza excluída ou depreciada, a nobreza na sua totalidade social distingue-se dos grupos não-aristocráticos. Protegido, oprimido ou isolado por estes círculos concêntricos passíveis de releituras, o indivíduo nobre constrói a sua “auto-representação” e a oferece à percepção de seus pares (o seu ser social, em

⁶ O nobre excluído pode trabalhar para sua posterior inscrição (dele ou de antepassados) no Livro; ou pode contrair alianças matrimoniais com família já incluída, produzindo sua inserção.

parte, estará constituído no entrecruzamento da representação que o indivíduo dá a si próprio com a representação que os outros lhe reconhecem).

A quarta razão explicitada pelo Conde para a confecção de seu *Livro de Linhagens* mostra a preocupação do nobiliário em construir uma ‘memória’ referente à nobreza – portanto conformando mais um mecanismo vinculado à construção de uma ‘identidade de classe’. Mas ela reenvia também, ao mencionar a necessidade de registrar “algumas bondades que em eles houve”, à construção de um ‘ideário cavaleiresco’. Neste ponto, portanto, imiscui-se mais uma vez entre as intenções do nobiliário a ‘função didática’, que estará na base das narrativas que funcionam como *exempla*.

A ‘função didática’ dos nobiliários, e a prática de sugerir um modo de comportamento através dos *exempla* narrativos, atuam em diversas frentes nesta complexa ‘guerra de representações’. Antes de mais nada, através do código cavaleiresco que o leitor-ouvinte é convidado a perceber através das narrativas, é fornecida uma determinada direção de comportamento. Em situações similares às explicitadas pelas narrativas dos nobiliários, deve-se agir preferencialmente de um modo, e não de outro. Desdobram-se aqui dimensões prescritivas e normativas – mas também uma dimensão punitiva ou depreciativa com relação àqueles que, em algum momento de sua vida, destoaram nas situações análogas aos padrões propostos.

A depreciação literária de uma mulher adúltera, de um frade devasso, de uma aldeia conivente, em contraponto ao enaltecimento do marido traído que se vinga exemplarmente (LL 21G11) – eis aqui um instrumento que constrange ou eleva homens e mulheres da realidade extra-literária que são personagens de situações análogas.

Exemplificaremos com um caso específico. A narrativa “A Ribeirinha” traz o *exemplum* de uma dama que não se sujeita ao seu raptor (LL 36BN9). Não é difícil imaginar o constrangimento que deve assaltar uma dama da realidade extra-literária que é convidada a ouvir tal relato, tendo ela mesma agido de maneira distinta do *exemplum* ao se ‘acostumar’ ao seu raptor (e são muitos os casos, conforme os próprios índices fornecidos pelos livros de linhagens). Da mesma maneira, as pequenas e grandes traições recorrentes na vida diária recebem cada qual o seu quinhão de repressão diante da audição ou leitura de um *exemplum* onde se deprecia o traidor vassálico (LL 43F5), ou onde se enaltece o herói que resiste à tentação ou à coerção de traír (LL 55Q6). Desta forma, o leitor ou o ouvinte que na sua própria vida não age de acordo com os padrões preconizados pelos modelos linhagísticos, ou cujo agir produz identificações com o infrator depreciado, a cada leitura e a cada audição irá sofrer um renovado constrangimento e uma nova punição. O livro de linhagens mostra aqui o seu poder de constrangimento, de sugerir uma culpa, de impor uma penalização simbólica, de instaurar a “vergonha”.

Deve se ter sempre em mente que “a vergonha, em sua estrutura primeira, é vergonha diante de alguém”. Neste caso, “o outro é o mediador indispensável entre mim e mim mesmo: sinto vergonha de mim tal como apareço ao outro” (SARTRE, 1997, p.289 e 290). É por isto que o livro de linhagens torna-se aqui um instrumento eficaz para esta mediação intra-individual através do outro, onde se termina por organizar a experiência de cada um em função deste ‘outro’ modelar que aparece na realidade literária (ou como herói, ou como transgressor), e de todos os modos trazendo-se este confronto para diante dos vários ‘outros’ da realidade extra-literária (os leitores do livro e os expectadores do espetáculo trovadoresco). Perante os vários olhares que comparam cada um aos modelos linhagísticos de comportamento exemplar ou de transgressão, cada indivíduo constrói a sua auto-punição, o seu constrangimento, a sua vergonha.

Prossigamos na seqüência de objetivos dos nobiliários. A “quinta razão” mencionada pelo Conde será de crucial importância para uma compreensão do imaginário régio que vai sendo construído pelo conjunto de nossas fontes. Cobra-se dos reis o reconhecimento dos feitos dos nobres e a sua conseqüente recompensa e consideração. As mensagens ambíguas de concorrência e aliança entre nobreza e realeza insinuam aqui mais uma entrada dialógica no universo discursivo dos livros de linhagens. Uma referência importante aos nobres que ganharam “esta terra de Espanha” estende adicionalmente os conceitos antes elaborados de solidariedade linhagística e nobiliárquica a toda a nobreza ibérica, o que faz do nobiliário do Conde Dom Pedro um documento transpeninsular.

As sexta e sétima razões são satisfações dadas ao cristianismo e à Igreja, referindo-se à aceitação dos padrões eclesiásticos de interdito ao incesto e reconhecendo, no último item, relações de solidariedade também entre a nobreza e o mundo clerical (relações bilaterais relativas à necessidade de “saberem de quales moesteiros som naturaes e bem-feitores”). Depois disto, a próxima seqüência do “Prólogo” parece remeter novamente a uma função de âmbito ‘memoriográfico’:

E por esta materea seer mais crara, e os nobres fidalgos saberem gram parte dos linhagees dos reis e emperadores e dos feitos em breve, que foram e passarom nas outras terras, do começo do mundo u os seus avoos foram a demandar suas aventuras, porque eles ganharom nome, e os que deles decenderom por algumas nobrezas que aló fizeram, [... segue uma descrição do plano da obra, partindo de reis da Antiguidade até a nobreza da Espanha ...]

Os ‘objetivos de superfície’ dos nobiliários, conforme pudemos perceber, encobrem com alguma naturalidade certas motivações internas ou ‘objetivos de profundidade’. Os objetivos didáticos e memoriográficos são de certa forma a aparência mais externa de um conjunto de sistemas normativos que se pretende construir, fixar e difundir, nem sempre com coerência absoluta. Obviamente que,

para além dos objetivos associados de uma maneira ou de outra à integração do indivíduo dentro da coletividade nobiliárquica, o discurso linhagístico também se destina à manipulação do 'outro'. O espaço literário nobiliárquico é local de disputa e campo de provas para os emissores de um discurso que se insere no âmbito das relações inter-humanas. Indivíduos e famílias aí produzem as suas próprias imagens e também as representações do 'outro'. De um lado, buscam angariar para si prestígio social e legitimar as suas auto-representações; de outro, buscam impor ao coletivo nobiliárquico as representações depreciativas de seus inimigos, preparar e forjar alianças, convencer os leitores-ouvintes linhagísticos da legitimidade de suas propostas sociais e pontos de vista. A manipulação do outro, na verdade, estende-se para além – para os grupos não-aristocráticos, para o clero, para o exterior do reino, pois embora o discurso linhagístico objetive explicitamente o leitor nobre, ele repercutirá amplamente nos demais setores da sociedade (do que têm consciência os seus autores e difusores).

As narrativas interpoladas nos livros de linhagens: espaços para o hibridismo

Entremeando o material genealógico propriamente dito, os mais diversos tipos de materiais narrativos costumam atravessar os livros de linhagens portugueses, inclusive o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*. É aqui, portanto, que encontraremos um segundo traço de hibridismo textual nos livros de linhagens, agora já referido às questões de conteúdo narrativo. No texto linhagístico, uma narrativa de fundo mítico podia coexistir tranqüilamente com uma narrativa de pretensões 'historiográficas', a anedota depreciativa alternava-se com a prosa moralística, o extrato épico autóctone era registrado nas mesmas páginas que a matéria arturiana romanceada e copiada de crônicas de além-pirineus. Qualquer tipologia deverá portanto ser assumida diretamente como uma construção do historiador.

Podemos proceder a uma análise das fontes das narrativas ou do tipo de material que as informa, o que naturalmente implica em um tipo de classificação por determinados 'gêneros narrativos'. Foi isto, por exemplo, o que José Mattoso (1987) procurou empreender em sua análise sobre "As fontes do nobiliário do Conde D. Pedro". Depois de examinar os vários extratos genealógicos, o historiador português promove uma análise do material narrativo e chega a uma tipologia que poderemos instrumentalizar sem maiores dificuldades.

Existem por exemplo as "narrativas de fundo mítico", das quais os exemplos mais célebres são os episódios sobre a "Dama do Pé de Cabra" (LL 9A4) e a "Origem dos Marinheiros" (LL 73A1), ambas variações do tradicional tema do "cavaleiro que casa com uma mulher sobrenatural dando origem a uma linhagem nobre". Mattoso examina as interrelações destas versões míticas com o mito medieval da "Melusina", já estudado por Jacques Le Goff (1971), o que é bastante interessante no sentido de

dar a perceber a rede de intertextualidade que se pode estabelecer entre as narrativas ibéricas e as dos demais reinos europeus. Uma "narrativa de fundo mítico" também pode vir infiltrada de 'crítica moralista', como naquela sobre "o incesto do rei Ramiro" (LL 12A2), em que o relacionamento incestuoso produz o filho aberrante. De uma maneira geral, Mattoso identifica nas "narrativas de fundo mítico" uma aproximação com as antigas narrativas de inspiração céltica.

Outro grupo a ressaltar é o das narrativas que tiram seu material e seu estilo básico de "romances e canções de gesta". O exemplo mais célebre de estilo romanesco é a "Lenda de Miragaia", episódio que tem versões tanto no *Livro Velho* (LV 2A1) como no *Livro de Linhagens* (LL21A1), e que foi estudado por Ramón Menéndez Pidal (1944). Uma outra narrativa onde abundam situações sentimentais e dramáticas é aquela que se refere ao "assassinato de D. Estevainha" (LL 36BN9), episódio que inclui cenas de paixão, traição e envenenamento. Entre as "narrativas épicas" que foram buscar suas fontes nas canções de gesta, destaca-se aquela que se refere a *El Cid* (LL 8C8), mas também aquelas que alguns trovadores – como João Soares, João da Gaia, João Soares Paiva – punham a correr para exaltar seus antepassados célebres.

Aparecem em grande número nos *livros de linhagens* as "narrativas históricas". Aí já temos um estilo próximo ao das crônicas, e uma similar intencionalidade de registrar a memória de um evento significativo, sobretudo quando dele participaram as linhagens que se pretende exaltar. Destarte, o estilo 'histórico' pode vir interferido pelo estilo romanesco ou épico⁷. Próximas às "narrativas históricas", encontram-se as "anedotas", por vezes depreciativas. Também no estilo anedótico, acham-se frequentemente as narrativas sobre 'vinganças familiares', importantes para os registros dos conflitos internobiliárquicos e para avaliar as resistências à centralização da violência legítima pelo rei. No sentido oposto, avaliando a aceitação (mesmo que crítica) do monopólio régio do controle da violência física, encontramos as narrativas que destacam a atuação do rei como 'mediador de conflitos'. As "narrativas anedóticas" trazem outras vezes verdadeiras cenas da vida cotidiana da sociedade portuguesa, e denunciam noutros pontos as várias visões de mundo presentes naquela sociedade. Constituem uma fonte riquíssima para os nossos propósitos, sobretudo quando o pormenor aparentemente insignificante permite acessar um aspecto social mais amplo.

A intenção deste breve mostruário de possibilidades foi apenas assinalar a variedade de modelos narrativos, de temáticas e de procedências que se acham representados nas narrativas linhagísticas. Esta variedade, contudo, acha-se nos livros de linhagens distribuída de forma indiscriminada. Da mesma forma, as extensões das interpolações e inserções narrativas são diversas. Existem desde as

⁷ José Mattoso (1987, p.93) oferece como exemplo a LL XXI sobre as proezas de "Rodrigo Forjaz de Trastámara II".

narrativas de grande extensão – como a narrativa sobre “A Batalha de Salado” ou a narrativa sobre “A Lenda de Gaia” – até as pequenas narrativas, ou mesmo comentários bastante breves que prestam algum esclarecimento como o fato de que um nobre em questão tornou-se protetor de um certo mosteiro ou venceu esta e aquela batalha, sem contar os pequenos comentários que às vezes explicam os apelidos de personagens referidos na listagem genealógica. Os níveis de complexidade narrativa também são diversos, derivando das narrativas mais lineares às mais complexas narrativas, como aquelas que relatam intrincados casos de sucessões de vinganças familiares opondo redes linhagísticas rivais ou de casos de adultérios que adquirem um conteúdo verdadeiramente novelesco.

Vislumbrada a riqueza narrativa presente nos livros de linhagens ao par das suas exaustivas listagens genealógicas, o nosso último passo será refletir sobre o papel de um Livro de Linhagens como espaço de poder. O livro será visto agora não apenas como um texto, mas como um objeto mesmo, capaz de interferir de alguma maneira nas representações e no reordenamento social. Refletiremos a partir daqui sobre questões que dizem respeito não apenas ao texto ou ao gênero de texto, mas também ao ‘suporte’ sobre o qual se estabelece este texto.

O Livro de Linhagens e seus espaços de poder

A edição, a posse, o uso e a leitura de um livro sempre abrigam nas suas múltiplas modalidades verdadeiros espaços de poder – e isto é particularmente válido para os livros de linhagens do Portugal medieval. Antes de mais nada, discutiremos sobre as estratégias que afloram na passagem das ‘versões orais’ das narrativas linhagísticas para as ‘versões escritas’ dos nobiliários – ou, ainda, na passagem de outras versões narrativas já escritas para estas versões escritas que constituem o material linhagístico. Com alguma liberdade no uso desta expressão, falaremos aqui das ‘estratégias editoriais’ envolvidas nestas passagens.

Obviamente que um livro de linhagens – bem cultural da era dos manuscritos – deve ser diferenciado nas suas ‘estratégias de publicação’ de um livro qualquer inserido na era dos livros impressos. O livro impresso, por exemplo, circula mediante uma grande quantidade de cópias tipográficas e vai ao seu público. O editor, em função disto, irá direcionar as suas estratégias editoriais para captar o interesse, as expectativas, a competência cultural de um grande público. Frequentemente buscará fórmulas para reunir em um único feixe alguns interesses diversificados, com o que poderá almejar captar simultaneamente faixas distintas do público consumidor. Poderá lidar não só com a publicação impressa de textos originais, mas também com a publicação popularizada de grandes obras já conhecidas – para o que achará lícito promover operações diversas⁸.

⁸ Sobre estas possibilidades de estratégias editoriais para livros impressos do passado, veja-se os

Remodelações na apresentação do texto, multiplicando capítulos ou quebrando parágrafos para tornar o livro mais assimilável para um leitor de determinada competência de leitura; ou estratégias de simplificação, tanto ao nível de desbastamento do texto como ao nível de cortes operados na própria escala da frase – eis algumas estratégias editoriais voltadas para o deslocamento de um livro original para um outro nível de competência cultural. Nem mencionaremos aqui as alterações oriundas da ‘estratégias de impressão’, que chamam atenção para a “distinção fundamental entre texto e impresso” (CHARTIER, 1990b, p.126), e que envolvem desde as interferências ao nível tipográfico como as mudanças do texto em função do ‘suporte’.

Algumas destas questões são igualmente pertinentes para o texto publicado em manuscrito, mas há diferenças e especificidades em cada caso. Um livro de linhagens, por exemplo, não vai ao seu público sob a forma de inúmeras cópias, e nem pode ser adquirido no mercado. O público é que deve ir ao livro de linhagens – e isto já coloca problemas de acesso ao exemplar único ou às cópias restritas de um manuscrito original. A redação de um livro é um empreendimento sofisticado na Idade Média, o que torna o exemplar manuscrito não apenas um bem cultural de luxo, mas também um instrumento de poder. Quem tem o poder são aqueles que simultaneamente controlam o acesso ao livro e definem os seus usos, abrindo o seu tesouro manuscrito para variadas práticas de leitura que lhes darão, cada uma delas, um tipo diferente de “oportunidade de poder”.

A alguns o dono permitirá que folheiem o livro, e a outros não. Aos mais chegados ou aos mais importantes no seu circuito de alianças permitirá uma ‘leitura intensiva’, ou ainda que lancem mão do conteúdo de seu manuscrito para a criação de novos livros, para investigações sobre as informações ou sobre a sabedoria nele contidas. Em outras oportunidades, irá oferecer o seu livro para a leitura coletiva em voz alta, o que irá tanto difundir sua imagem de homem de cultura como ainda lhe assegurar uma nova ‘oportunidade de poder’ vinculada ao seu direito de indicar o que será lido (e portanto o que os outros poderão conhecer ou não do livro). Poderá ainda permitir que narradores ou outros difusores culturais memorizem algumas das passagens do seu manuscrito para uma posterior difusão ou recriação, que será posta a correr mediante os mecanismos da oralidade. Quem detém o livro, por fim, pode autorizar nele novos acrescentamentos, convocando refundidores para continuar a obra ou completar um conteúdo que ainda não se esgotara (é o caso dos nobiliários, que pretendem registrar uma continuidade linhagística que ultrapassa o período de vida dos seus editores).

Estas são as estratégias pertinentes àquele que detém a posse do manuscrito, que pode ou não ter sido o empreendedor de sua edição (o livro é objeto de herança).

ensaios de Roger Chartier (1990a). No caso, o historiador francês aborda as publicações do *corpus de Troyes* (século XVII) e a chamada *Bibliothèque Bleue*, do século XVIII. O capítulo “Textos, impressos, leituras” introduz a discussão geral sobre o tema (CHARTIER, 1990b).

Existem também as ‘estratégias editoriais’ propriamente ditas, mediante as quais o empreendedor da confecção do livro definirá o tipo de suporte, o modo como o livro é escrito, os materiais a serem incluídos (no caso de uma obra aberta como os nobiliários), as alterações a serem efetivadas, o nível de linguagem a ser buscado, os recursos para permitir que o livro abrigue duas ou mais formas de leitura, a presença ou não de iluminuras. Com todas estas dimensões cujo controle detém no processo de edição, o empreendedor do manuscrito joga com expectativas e “competências textuais” a atingir, com níveis de eficácia a serem alcançados, com mecanismos de inclusão ou exclusão de leitores (e, no caso dos nobiliários, também com mecanismos de inclusão e exclusão daqueles que serão citados nas narrativas e listas genealógicas). Até mesmo a escolha de suporte define certas oportunidades de poder e certas possibilidades de uso: o ‘livro de bancada’, por exemplo, não pode ser transportado sem uma certa solenidade, e folhear as suas páginas implica uma outra relação de aproximação entre o seu conteúdo e o seu leitor que não aquela pertinente aos livros de fácil manuseio.

Todo este poder editorial, naturalmente, é aqui elaborado de uma maneira ainda intuitiva (estamos muito longe do mundo das estratégias de publicidade). Mas é de fato um poder a mais no jogo político, e os grandes homens de cultura da Idade Média sabiam lidar com estes recursos de poder assegurados pelo viés da cultura. Os reis-sábios ibéricos (como um Afonso X de Castela ou um D. Dinis de Portugal) ou os grandes nobres promotores de cultura (como um Conde Dom Pedro), certamente não estavam alheios à possibilidade de utilização destes poderes. Controlar o Livro, palco literário para narrativas e cantigas imobilizadas sob a forma manuscrita, mostra-se quase tão importante quanto controlar uma ‘arena trovadoresca’, palco concreto para a expressão de cantigas e narrativas através da oralidade ou do imbricamento entre oralidade e escrita. É verdade que existe a diferença de que o palco trovadoresco pode acessar ainda as faixas iletradas de público (mas o livro também pode, é bem verdade, nas suas leituras sociais em voz alta).

Com isto devemos considerar que a constituição da forma e conteúdo de um nobiliário, a partir do duplo trançado da descrição genealógica e da rede de relatos linhagísticos, não está isenta da interferência dos seus múltiplos editores – no caso os coletores de narrativas e informações genealógicas, os organizadores e compiladores do material linhagístico por eles fornecido, os promotores do empreendimento, e todo um grupo de escrivães e homens de cultura que se escondem sob o autor nominal do nobiliário (no caso do *Livro de Linhagens*) ou sob nome nenhum (no caso do *Livro Velho* e do *Livro do Deão*).

Os nobiliários, como dizíamos, recolhem o seu material narrativo tanto da produção oral circulante no Paço e nos meios senhoriais, como também de versões já escritas que, podemos conjecturar, circulavam também em cadernos e folhas

individuais. Teremos aqui, portanto, outro importante traço de hibridismo em um texto que se forma a partir da confluência de fontes oriundas da produção escrita e da oralidade. A existência de folhas individuais que teriam servido como fontes escritas para os livros de linhagens deve ser presumida a partir de uma reflexão sobre os diversos mecanismos possíveis para a preparação ou realização de uma performance narrativa oral. Examinemos algumas possibilidades. A performance oralizada de uma narrativa, em alguns casos, sustenta-se previamente em um texto de base utilizado ou como roteiro de orientação ou como texto rigoroso para a memorialização. Podemos nos referir ainda ao caso da leitura em voz alta de um texto – seja a partir da folha pertencente ao orador, ou então a partir de um livro já estabelecido (no caso, é bom lembrar que o *Livro Velho*, bem como algumas das crônicas que foram fontes dos outros dois nobiliários, eram contemporâneas dos saraus palacianos de que tratamos, e a sua leitura podia também fazer parte das atividades culturais aí desenvolvidas). Nada disto exclui, naturalmente, a co-presença da performance oralizada mais pura, inclusive aquela que vem carregada de elementos de improvisação e de interação com o público.

O pressentimento destas práticas diversificadas, em que se imbricam oralidade e algum nível de escrita, deve infelizmente permanecer no âmbito especulativo, uma vez que não possuímos relatos dos próprios narradores e trovadores da época a respeito de seus variados sistemas de exposição e performance. Mas isto não impede que reflitamos sobre as ‘estratégias editoriais’ envolvidas na concretização dos nobiliários.

A este respeito, devemos lembrar que mesmo o mais simples ato de conceder uma nova disposição a textos previamente selecionados é, de certa forma, compor já um novo texto. É em função dos leitores que deseja ou imagina atingir, e em função de *como* os deseja atingir, que o editor-compilador orienta a sua seleção, a maneira como organiza o material selecionado, o seu enquadramento em títulos – isto sem falar nos cortes operados, nas pequenas alterações, e, particularmente no caso dos nobiliários, na maneira como se alterna o material narrativo com a descrição genealógica.

Por outro lado, há notáveis implicações na passagem, para um *corpus* narrativo, de narrativas que antes estavam isoladas. Seja uma versão narrativa que se acha registrada isoladamente em uma folha, ou seja uma narrativa que faz parte do repertório de um trovador que a apresenta eventualmente no espetáculo trovadoresco, a passagem destas peças isoladas para o *corpus* do nobiliário as transforma de imediato, sobretudo porque estas narrativas passam a estar contaminadas pela proximidade das outras narrativas, pela sua alternância com uma lista genealógica, por novas conexões que até então não podiam ser imaginadas. Coabitando o mesmo *corpus* que outros textos, a narrativa antes isolada passa a dispor de novas vozes. Mas, de maneira inversa, pode-se dar que a narrativa seja

também separada de um *corpus* anterior, de menores ou maiores dimensões, para ser reintroduzida em um novo *corpus* – e nesta operação novos sentidos lhes são surpreendentemente acrescentados. Pode-se dar ainda que, em casos como este, algo se cale na passagem de um para o outro *corpus*, ou que uma mensagem que antes era explícita torne-se agora implícita, suplicante por complexas decifrações que antes seriam dispensáveis.

Apenas para dar um exemplo dentro do repertório possível de estratégias editoriais, podia-se quebrar em duas, com a interpolação de uma série de citações genealógicas, uma narrativa que em sua performance oral nos saraus palacianos seria única. Ou, ao contrário, podia-se fundir duas narrativas separadas em uma seqüência única. A interposição de comentários curtos devia por outro lado remodelar com freqüência uma narrativa original, fosse esta oriunda da tradição oral ou de uma versão escrita previamente consultada. Em outros casos, o editor-compilador podia achar necessário fazer o texto remontar a uma narrativa ou referência genealógica já incluída em outra parte do nobiliário (“este Dom Fulano de quem falamos é aquele que, conforme dissemos no título tal, descende de Dom Sicrano, e que venceu uma batalha contra os mouros”). Estas remissões internas criam novas possibilidades de inter-textualidades a serem percebidas e, conseqüentemente, novas possibilidades de padrões de inteligibilidade. Com o ato de conectar, ou de oferecer a possibilidade de que seja lida uma conexão entre dois relatos que de outra forma estariam desligados, o editor-compilador cria novas modalidades de leitura para a obra e as insere no repertório de práticas criadoras da leitura (estas que deverão ser empreendidas pelo próprio leitor).

Em síntese, o editor-compilador detinha uma boa margem de manobra para a manipulação do material linhagístico que se propunha a registrar. Com suas estratégias editoriais visava uma determinada eficácia, o cumprimento de um programa voltado para objetivos específicos (como aquele registrado no Prólogo do *Livro de Linhagens*), bem como a já mencionada ‘competência cultural’ do público receptor a que buscava atingir (no caso dos nobiliários era a nobreza, ou certos setores da nobreza, que primeiramente se tinha em vista). Do mesmo modo, o editor-compilador orientava as suas estratégias discursivas e editoriais também conforme as expectativas deste receptor, ou ainda conforme os usos que poderiam ser dados ao seu texto ou a partes isoladas de seu texto (a leitura individual privada ou a leitura social em voz alta, a consulta de base para performances orais ou para a composição de novas crônicas e nobiliários, e assim por diante). Por fim, inseria em um jogo sócio-político que lhe podia ser favorável todas estas oportunidades de poder oriundas do direito de definir e de escolher as múltiplas dimensões envolvidas na composição do texto e de seu suporte.

O jogo de leituras possíveis (e audições possíveis) é a dimensão que completa este complexo circuito. Atendo-nos às práticas e modos de leitura dos nobiliários,

podemos imaginar um nível mais superficial de leitura que isola os episódios narrados de sua totalidade (portanto desligando-os ou não percebendo a sua intertextualidade possível). Há também uma leitura, ainda superficial, que se atém exclusivamente aos *exempla* oferecidos pelos episódios lidos de maneira isolada (ignorando portanto as conexões linhagísticas propriamente ditas, e não percebendo as múltiplas depreciações e enaltecimentos que se voltam contra indivíduos e linhagens concretas). Este tipo de leitor educa-se no ideal cavaleiresco, mas não nas secretas e maliciosas artimanhas das operações genealógicas.

Há o leitor de listas familiares, que não se interessa ou a quem é interdita a leitura mais demorada das narrativas, e que se concentra apenas nas referências genealógicas. Este apenas se beneficia de uma compreensão da sua própria inserção familiar-linhagística, bem como das dos outros nobres, mas lhe é dado a escapar outras dimensões possíveis de serem compreendidas a partir do conteúdo narrativo interpolado. E existe por fim a leitura totalizada, que capta o texto na sua integridade complexa e habilita o leitor a compreender conexões implícitas entre as várias narrativas, percebendo adicionalmente as depreciações e exaltações que se escondem nos interstícios da intertextualidade, e captando também de uma maneira mais plena as lições cavaleirescas agora concedidas não apenas pelas narrativas isoladas, mas pela mega-narrativa que se confunde com a interação entre todas as narrativas nos seus secretos diálogos internos.

Por ora, fica registrado que a existência de níveis e modos de leitura diferenciados a partir do material linhagístico, bem como o acesso a estes diferentes níveis e tipos de leitura, criam hierarquias adicionais entre os diversos leitores e ouvintes dos nobiliários. Aquele a quem é somente concedida a leitura ou a audição do episódio isolado vê-se enclausurado em um nível de percepção mais restrito ao entrar em contato com o material narrativo-linhagístico, e portanto lhe é proposto um lugar mais modesto na escala de leitores e ouvintes. Incluem-se aqui aqueles a quem é oferecida a leitura mais esporádica das páginas do nobiliário, aqueles que somente têm acesso a folhas individuais de narrativas, ou aqueles que são convidados muito eventualmente para os espetáculos trovadorescos. Naturalmente que nem todos eles podem ser situados no mesmo nível, uma vez que há muitos outros interferentes que desnivelam as capacidades individuais de entender e perceber os múltiplos aspectos de um texto – inclusive a própria “competência textual” conquistada na experiência individual de cada um. Mas, enfim, o importante aqui é dar a perceber que o acesso ao livro (e a qualidade do acesso ao livro) educa para novos modos de leitura deste livro – e que a interdição ou restrição de seu acesso impede a possibilidade de o indivíduo-leitor enriquecer seu repertório de modos de leitura de um livro (o mesmo vale para o espetáculo trovadoresco – que metaforicamente pode ser considerado como um ‘livro interativo’ aberto para as práticas do espetáculo e da oralidade).

No outro extremo do *continuum* de “competência textual” localizam-se o ‘leitor intensivo’ do nobiliário e o ‘ouvinte freqüente’ dos saraus palacianos e senhoriais, que tendo um maior acesso às várias partes do mega-texto linhagístico podem começar a desenvolver uma aprendizagem de sua totalidade. Mas é em todo o caso necessário lembrar que a compreensão plena do conteúdo linhagístico inclui ainda uma espécie de ‘iniciação’, que pode ser facilitada através de conversas a que se tenha acesso nos círculos de leitores e ouvintes mais experientes. Por fim, considere-se que – dadas as múltiplas naturezas dos vários conteúdos narrativos presentes nos livros de linhagens – um nível máximo de competência textual pode ser buscado naquele leitor que realiza aquilo que Roger Chartier (1990b, p.123) chamou de uma “leitura plural”. Este leitor é capaz de distinguir com eficácia o cômico do sério, o anedótico do moralístico, o didático do meramente enaltecido ou depreciativo, o fantástico do cotidiano, e nestas operações se apropriar de conteúdos que podem favorecer a sua experiência individual e a sua posição na ‘luta de representações’ enfrentada na vida cotidiana. Aqui temos ainda um leitor que, tal como exemplificaremos adiante, possui certas ‘chaves de intertextualidade’ que outros desconhecem. E alguns dentre eles chegarão mesmo a perceber a pluralidade de sentidos oferecidos pelos diversos níveis narrativos, e quiçá estarão aptos a captar algo das muitas vozes que habitam o discurso linhagístico, o que de resto os habilitará a tirar partido dos vários usos abertos a cada narrativa.

Esta capacidade mais plena de leitura do material linhagístico, proporcionadora de uma visão de profundidade e de conjunto vedada à maioria dos leitores, podia se tornar o tesouro de uns poucos que, em todo o caso, só podiam receber certas chaves mais secretas para a compreensão do texto na base de uma transmissão pessoal da informação, e isto quando tinham acumulado uma “competência textual” suficientemente adequada para recebê-la. Circulando por entre os leitores-ouvintes da leitura ou da audição fragmentada, da intertextualidade não-percebida porque não-revelada, da recepção isolada de uma narrativa que se desagrega das outras, este leitor especial podia se situar em uma posição privilegiada para a compreensão do texto ou do espetáculo. Tudo isto também era ‘poder’, através do qual aqueles que o detinham podiam estabelecer alianças de identidade uns com os outros ao mesmo tempo em que se separavam daqueles que careciam da informação inteira. Penetrar em mais um compartimento de significado era portanto penetrar em um novo mundo, em uma nova classe de leitor, em um novo recinto de poder ao qual nem todos tinham acesso⁹.

⁹ Poderemos aqui assimilar integralmente as palavras de Michel Foucault (1996, p.37) em *A Ordem do Discurso*: “[...] mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciadas), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala [...]” (e, poderíamos acrescentar, à disposição de cada sujeito que lê ou que escuta).

É precisamente uma sutil rede de micropoderes que veremos se estabelecer na confluência do ato de ‘conceder’ a um leitor-ouvinte o acesso ao texto (na sua materialidade, por assim dizer) e do ato de conceder aberturas para este ou aquele modo ou nível de leitura. Ao considerarmos os nobiliários, conforme vimos, devemos ter em mente tanto as ‘estratégias discursivas’ pertinentes às narrativas pré-existentes (advindas da tradição oral ou então de esboços e fontes escritas), como as ‘estratégias editoriais’ que se concretizam a partir das próprias escolhas e decisões que envolvem a compilação do livro. Entrelaçam-se aqui as diversas estratégias discursivas e editoriais envolvidas – sem contar as mencionadas estratégias oriundas da posse do livro e do monopólio do acesso à sua leitura. O livro de linhagens, gênero pleno de hibridismos, apresenta-se neste sentido como espaço ambíguo para o confronto de poderes e micropoderes. Estudá-los através de sua forma híbrida, é estudar relações de poder, mecanismos de inclusão e exclusão social, processos de formação de identidade – é contemplar, em poucas palavras, a complexa guerra de representações que se desenrolava nos textos linhagísticos da Idade Média portuguesa.

BARROS, J. D’A. The ancestry books in the Portuguese Middle Ages – a hybrid genre, hovering between genealogy and narrative. *Itinerários*, Araraquara, n.27, p.159-182, July./Dec. 2008.

■ **ABSTRACT:** *This article intends to discuss a specific literary genre whose main singularity is to be presented as a hybrid literary form – the so-called “ancestry books”, genealogic and narrative sources of the Portuguese Middle Ages (13th and 14th centuries). The emphasis is on the “Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro”, compiled during the reign of Dom Afonso IV (1325-1357). The genealogic text is examined as a locus of power, in which the nobility is faced with situations of social inclusion or exclusion. In this case, the textual hybridism – alternating the genealogical description with narratives of several types – is seen as an efficient resource for the exercise of that power and micro-power.*

■ **KEYWORDS:** *Medieval narrative. Genealogic text. Hybrid form.*

Referências

ARISTOTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, IV).

BARROS, H. da G. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII e XV*. Lisboa: Sá da Costa, 1945. v.1.

CHARTIER, R.. Textos e edições: a 'literatura de cordel. In: _____. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990a. p.166-187.

_____. Textos leituras e impressos. In: _____. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990b. p.121-139.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LE GOFF, J. Mélusine maternelle et défricheuse : le dossier médiévale. **Annales E. S. C.**, Paris, n. 26, p.587-594, 1971.

LIVRO de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia de Ciências, 1980. (Portugaliae monumenta historica nova série, 2).

LIVROS Velhos de Linhagens. Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa: [Academia de Ciências], 1980. (Portugaliae monumenta historica nova série, 1).

MATTOSO, J. As fontes do nobiliário do Conde D. Pedro. In: _____. **A nobreza medieval portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1987. p.57-100. (Imprensa Universitária, 19).

_____. Introdução. In: LIVRO de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia de Ciências, 1980. p.7-54. (Portugaliae monumenta historica nova série, 2).

MENÉNDEZ PIDAL, R. En torno a "Miragaia" de Garrett". Separata de **Biblos**, v.XX, 1944, Coimbra. Coimbra: Oficinas gráficas de Coimbra, 1944.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada – ensaio de ontologia fenomenológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

